

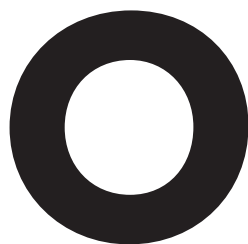
Europa

A EUROPA FACE À GLOBALIZAÇÃO CONSEQUÊNCIAS E RESPOSTAS

Quais as diferenças para a Europa?



por **PASCAL TEIXEIRA DA SILVA**
EMBAIXADOR DE FRANÇA EM PORTUGAL



O tema desta intervenção e o tema dos dois livros que escolhi (“A empresa das Índias” de Erik Orsenna e “L’Aigle et le Dragon – Démesure européenne et mondialisation au XVIème siècle” de Serge Gruzinski) estão interligados: os livros tratam da primeira globalização (em francês: mondialisation, mundialização, o que acho mais justo) e o tema da intervenção é a globalização que começou no final do século XX e que está a desenvolver-se. A questão

que liga os dois momentos da história é: quais as diferenças para a Europa?

Foi a Europa que iniciou e lançou a primeira globalização; a atual foi lançada pelo Ocidente que inclui a Europa mas que é mais do que ela por si só. O mundo que foi transformado pela globalização do século XVI era dominado pela Europa; o mundo que está a ser transformado pela globalização do século XXI não será dominado pela Europa e, pelo contrário, a Europa arrisca-se a ser marginalizada.

Cada globalização tem traços comuns. Vejo quatro, sendo cada um a consequência do anterior:

- Ligar partes do mundo que estavam isoladas ou pouco ligadas;
- Espalhar, através do comércio, dos intercâmbios e das migrações, pessoas, produtos, espécies de plantas e animais, doenças, saberes, técnicas, informações;
- Redistribuir a riqueza e o poder;
- Criar uma consciência-mundo, quer dizer a consciência do que há um só mundo e que o que se passa aqui, terá consequências ali.

A diferença entre a globalização do século XVI e a do século XXI está no nível

dos meios técnicos, portanto na velocidade e na dimensão das mudanças.

A maneira como quero colocar a questão é muito inspirada no conceito de “challenge and response” do grande historiador inglês Arnold Toynbee que, ao estudar as civilizações, procurava saber quais os desafios que se lhes colocaram e como elas responderam a estes desafios.

Não tenho a ambição de lidar com o problema que se coloca diante de nós, Europeus. Proponho destacar só alguns elementos. Serão quatro: a demografia, a inovação, o poder e os valores.

I. O desafio demográfico

A demografia é a base onde tudo assenta. O que não quer dizer que é tudo.

Face à Ásia, a Europa nunca teve um peso pesado. Porém, a Europa tem tido um dinamismo demográfico que está a perder: em 1500 a Europa estava em expansão; ela representava 18 % da população mundial, 20 % em 1750, 25 % em 1900 (o seu auge), enquanto os números para a Ásia eram respetivamente de 55 %, 63 %, 57 %. Entre 1850 e 1913, 50 milhões de Europeus saíram da Europa para os outros continentes (principalmente América). A Europa tinha muitas crianças e enviava uma parte delas para povoarem o mundo.

Mas a Europa é o primeiro continente a fazer a sua transição demográfica, i.e. passar de uma mortalidade e uma natalidade fortes para uma mortalidade e uma natalidade fracas. Os números mostram este recuo: a Europa pesava 22 % em 1950, 10,7 % em 2010 (7,2 % se contarmos só a UE), 8 % em 2050; a Ásia respetivamente 55 %, 60 % e 55 %, a África 9 %, 14,8 e 24 %.

Agora, na Europa nenhum país tem uma taxa de fertilidade acima dos 2,1 crianças por mulher (que é o mínimo para renovar as gerações) e os números vão de 1,31 a 2,07 enquanto nos US é 2,06, na Índia 2,38. A taxa de crescimento natural é só de 0,11 %, o saldo migratório de + 0,17 %. Ainda mais preocupante do que o volume, é a mudança da composição da população: As sociedades europeias são cada vez mais velhas, o que tem três consequências:

- A proporção dos inativos em relação aos



ativos é cada vez maior: situa-se já entre 28 % e 33 % segundo os países, será de 44 % (em França ou no RU) e entre 62 e 68 % na Alemanha, em Espanha ou em Itália. Isto terá consequências sobre o potencial de crescimento e sobre a sustentabilidade do Estado-providência.

- As despesas sociais (com a saúde, as reformas, a dependência) vão continuar a crescer num contexto de crescimento fraco. Antecipa-se que elas representem mais de 8 % do PIB entre 2000 e 2050. Isso pode prejudicar outros tipos de despesas (preparação para o futuro, capacidade para ser um ator na cena internacional). Até poderão surgir tensões entre gerações a respeito da arbitragem entre prioridades e da repartição da carga.

- A mente das sociedades muda: uma sociedade envelhecida é menos dinâmica, empreendedora, tem menos gosto em correr riscos, em encarar a “démesure” (desmesura) da qual fala Gruzinski a respeito do século XVI; pelo contrário, é mais propensa ao medo, ao “repli”, com a mentalidade do poupado (épargnant) que teme a inflação. Se não tivermos consciência disso, não podemos compreender o comportamento coletivo dos Alemães.

Portanto, a grande diferença entre a Europa do século XVI e a do século XXI e entre a Europa de hoje e os outros continentes está na maneira como é encarado o futuro: cheio de esperanças, de expectativas, de audácia, de energia por um lado, cheio de ansiedades, de receios, de “frilosité”, por outro.

O que fazer? Podemos aguardar até que os outros encontrem os mesmos problemas. Será o caso da China que, a partir de 2030, deverá fazer face ao envelhecimento da sua população, resultado da política do filho único (já tem uma taxa de fertilidade de 1,78) e corre o risco de se tornar velha antes de ser rica. Mais seriamente, podemos fazer quatro coisas:

- Compete a cada país incentivar a natalidade como a França o tem feito há muito décadas (daí a segunda taxa de fertilidade mais alta da Europa: 2) e como o fizeram os países escandinavos. O que significa compatibilizar a vida profissional das mulheres e a geração de crianças através de um conjunto de medidas.

- Para compensar a fraca taxa de natalidade, a Europa tem que recorrer à imigração (o que a França tem feito desde há um século e o resto da Europa nas últimas décadas), mas controlada, es-

colhida e acompanhada por uma política de integração. Claro, isto não é fácil. Mas temos que olhar para a imigração como uma contribuição em talentos e energia e também inventar novas formas de mobilidade, nos dois sentidos, com pessoas que regressam para o seu país de origem depois de terem adquirido uma experiência profissional da qual vão beneficiar, tanto elas como o país de acolhimento.

- No plano interno, é absolutamente imprescindível reformar as bases do Estado-providência, com o alargamento da vida ativa, mudar o financiamento (com mais segurança privada e um sistema de capitalização, em vez de repartição).

- Finalmente, temos que acabar com o europessimismo, a falta de confiança em si próprio, o não reconhecimento do que temos feito. Isso não se decreta por lei, mas é uma responsabilidade de todos, dos políticos, da comunicação social junto do público e dos pais junto dos filhos.

II. O desafio da inovação

No século XVI a Europa começou a inventar e a criar a ciência e a técnica mo-



FOI A EUROPA QUE INICIOU E LANÇOU A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO; A ATUAL FOI LANÇADA PELO OCIDENTE QUE INCLUI A EUROPA MAS QUE É MAIS DO QUE ELA POR SI SÓ.



dernas que espalhou depois pelo mundo inteiro. Até então a China tinha inventado muitas coisas mas, na altura, já tinha parado de o fazer. O mesmo aconteceu com o mundo islâmico. A partir do século XVI a Europa teve o monopólio do progresso científico e técnico e manteve-o até à primeira metade do século XX quando os Estados Unidos começaram a tomar a liderança em muitos domínios: nuclear, espacial, telecomunicações, informática e internet, medicina e biociências, nanotecnologias.

A Europa é ainda uma fonte de saber reconhecida e desejada: é ela que mais acolhe e forma estudantes estrangeiros (no sentido de não europeus): 1,3 milhão, ou seja 38 % do total mundial, à frente dos EU com 850.000 estudantes estrangeiros.

Mas quando comparamos as estatísticas da inovação, a situação começa a ser mais preocupante. As da OMPI (Organização mundial da propriedade intelectual) mostram que, na classificação das patentes internacionais por origem (“resident international patent activity by origin”), os quatro primeiros países não são europeus: China, Japão, EU, Coreia e só depois se seguem cinco países europeus (Alemanha, França, RU, Itália, Países Baixos). Se olharmos para os números de depósitos de patentes (“patent application”) em 2010, são de 490.000 para os EU, 391.000 para a China, 344.000 para o Japão, 170.000 para a Coreia, 150.000 para o OEP (Ofício europeu das patentes) e 125.000 para os individuais estados membros da UE, ou seja, a Europa vem só em quarto lugar. No que diz respeito à taxa de crescimento dos depósitos de patentes em 2011, a China aumentou 33,4 %, o Japão 21 %, os EU 8 % e os países europeus mais ou menos cerca de 5 %.

As estatísticas de despesas de R&D (investigação e desenvolvimento) em relação ao PIB mostram também um relativo recuo da Europa: 1,76 % em 2003, 1,92 % em 2009, quando os EU apresentavam respectivamente 1,61 % e 2,79 %, o Japão 3,2 % e 3,44 % e a China 0,9 % e 1,7 %, 2 % em 2010.

Tudo isso para dizer que quem inventa manda, porque cria mais-valia, e compensa com matéria cinzenta o que se perde com a realização dos produtos deslocada para países mais baratos. Esta é a grande força dos EU. Se a Europa não conseguir continuar a liderar no campo



Europa

da inovação e não for capaz de produzir melhor e/ou mais barato, o que sobrar?

Daí a importância em apostar na investigação e na inovação e a relevância do nível europeu para juntar esforços, competências e recursos. Os aviões Airbus, os foguetões Ariane, o CERN (Centre européen de recherche nucléaire) e o ITER são exemplos do que os Europeus podem fazer. Actualmente a competição mundial verifica-se também nos domínios das biotecnologias e do génio genético, das nanotecnologias, das novas fontes de energia, etc.

A Estratégia de Lisboa tinha a ambição de transformar a Europa numa economia do conhecimento, a mais competitiva e dinâmica no mundo em 2010. Foi um fracasso. No entanto, a Europa tem trunfos para se manter na corrida: uma rede de estabelecimentos de ensino superior e instituições de investigação, uma mão de obra qualificada, um “saber-fazer” (know how) industrial.

O relatório do grupo de personalidades liderado por Felipe Gonzalez, publicado no meio da tempestade financeira de maio de 2010, e por isso desconhecido, coloca o capital humano no centro da estratégia europeia e espera que o programa de 2020 não venha a ter o mesmo fim da Estratégia de Lisboa.

III. O desafio da potência

Quando a Europa iniciou a primeira globalização no século XVI, ela estava dividida mas esta concorrência incentivou e multiplicou a sua energia, o seu empreendedorismo e os seus êxitos. Portugal e Espanha queriam ter acesso direto às riquezas da Ásia – isto é justamente o tema dos livros: Portugal conseguiu estabelecer ligações pela via oriental, contornando a África, mas fracassou ao tentar conquistar a China e a sua presença na Ásia foi diversa e longa mas discreta (“light footprint” como se diz em inglês); A Espanha finalmente tentou a via ocidental, fracassou, mas descobriu um novo continente que conquistou (“hard footprint”), embora tivesse continuado a tentar estabelecer uma via para a China através do oceano Pacífico e usando as Filipinas como “cabeça de ponte” (o que conta Gruzinski no seu livro). Depois chegaram os Holandeses, os Ingleses, os Franceses para a corrida às riquezas da Ásia, da América e da África. Portanto, houve uma concor-

rência inter-europeia, mas sabendo utilizar a sua superioridade tecnológica e a seu proveito as divisões dentro dos povos abordados e depois submetidos – a velha tática “dividare ut regnare”.

Hoje em dia, os Europeus já não são suficientemente fortes para atuar sozinho e para ter um peso suficientemente pesado em comparação com outros continentes e potências.

Primeiro, no plano económico. Em 1750, a parte da Europa (sem a Rússia) na produção industrial mundial representava 18,2 %, a China 32,8 %; em 1860 respectivamente 46,2 % e 19,7%; em 1900, 53,2 % e 6,2 % (e os EU 23,6 %). Foi o auge da Europa. Em 2010, a UE tem um peso de 22 % do PIB mundial, os EU 19,8 % e a China 13,6 %. Está longe de ser um anão económico pois é a primeira potência comercial (com a balança comercial e a balança das contas correntes negativas), a sua capitalização bolsista pesa 23 % (35 % para os EU) e 27 % das reservas em divisas nos bancos centrais estão depositadas em euros. Mas a Europa tem um crescimento fraco (1,7 % em 2011) e um desemprego elevado (9,8 %).

É este sentimento de peso relativo em declínio que incentivou os Europeus, no início dos anos cinquenta, a lançarem a construção europeia. “A união faz a força”, diz o lema. É ainda mais relevante e justificado hoje face à emergência de novas potências (ou re-emergência, no caso da China). A UE tem que atuar em vários planos:

• **Comercial:** já é o caso pois é neste âmbito que a UE se tornou um ator significativo e respeitado no cenário internacional. Isso inclui também as regras de concorrência que as grandes empresas não europeias temem. Mas a globalização atual agudiza um problema essencial, o da reciprocidade. Reciprocidade no acesso aos mercados públicos, reciprocidade no sentido de ter, o que se chama em inglês obscuro, o “level playing field”, isto é, as mesmas regras de jogo para todos, em

especial o respeito por normas sociais e ambientais mínimas para que as empresas europeias não saiam desfavorecidas em relação às dos outros continentes.

• **Monetário:** com a guerra comercial, estamos também numa guerra de moedas. Basta ver a política monetária dos EU e da China que manipulam o dólar e o renminbao para os manterem baixos e daí as fortes tensões entre ambos. A Europa parece ser o “dindon de la farce”, com uma moeda sobrevalorizada. A UE é o único conjunto monetário que não tem uma política de taxas de câmbio. A política monetária do BCE concentra-se na estabilidade dos preços e, mais recentemente, na estabilidade do sistema financeiro dentro da zona euro, mas a utilização da moeda como ferramenta na competição internacional não faz parte da paisagem.

• **Financeiro:** porque é que a zona euro tem sido alvo dos ataques dos mercados enquanto o seu nível de défice e de endividamento públicos estão abaixo do dos EU ou do Japão? Por falta de unidade e de solidariedade. É uma zona monetária que tem um banco central comum, mas não tem um tesouro comum. Vemos que a solução passará por uma união económica, orçamental e fiscal com uma fonte comum de emissão de dívida, os famosos “euro-bonds” (sendo o MEE – Mecanismo europeu de estabilização – um esboço disso, limitado a situações de emergência), mas que só será aceitável se houver, e quando houver, uma política orçamental gerida em comum (o que o semestre europeu, o “six pack” e o tratado sobre a estabilidade, a coordenação e a governança permitem fazer). Só esta completa solidariedade permitirá resistir aos ataques da especulação.

Segundo, no plano político. O código genético da UE é a recusa da potência. Foi para ultrapassar os excessos da potência, o da confronto entre potências, que foi concebido o projeto europeu. A UE, em vez de ser uma potência projetada, assenta na relação de domínio e de hegemonia, como se comportaram as potências europeias a

O CÓDIGO GENÉTICO DA UE É A RECUSA DA POTÊNCIA. FOI PARA ULTRAPASSAR OS EXCESSOS DA POTÊNCIA, O DA CONFRONTO ENTRE POTÊNCIAS, QUE FOI CONCEBIDO O PROJETO EUROPEU.



A UE, EM VEZ DE SER UMA POTÊNCIA PROJETADA, ASSENTA NA RELAÇÃO DE DOMÍNIO E DE HEGEMONIA, COMO SE COMPORTARAM AS POTÊNCIAS EUROPEIAS A PARTIR DO SÉCULO XVI ATÉ AO SÉCULO XX, VÊ-SE COMO POTÊNCIA NORMATIVA, ASSENTA NUM MONTE DE LEIS, PROCEDIMENTOS, COMISSÕES, TRIBUNAIS.

partir do século XVI até ao século XX, vê-se como potência normativa, assenta num monte de leis, procedimentos, comissões, tribunais. É uma espécie de experiência política pós-moderna. Mas para quê? E já que o resto do mundo não segue este caminho, pois não está convencido a fazê-lo pela mera virtude da exemplaridade, o que fazer? A brutalidade da competição internacional perturba as regras do jogo e, paradoxalmente, alimenta na UE o desejo de mais normas e mais regulação (por exemplo nos domínios sociais, sanitários e ambientais). E como vemos, a UE tem problemas em recorrer a relações de força para impor normas que têm a ver com valores. É um dos grandes dilemas que a UE enfrenta.

Este dilema torna-se ainda mais difícil quando se trata de problemas de “hard security”, de lidar com problemas de guerra e paz, de prevenção e de reação às ameaças. Qualquer diplomacia efetiva deve assentar na capacidade de usar a força se, quando e onde for preciso. A dificuldade da Europa, que abusou tanto da força e da violência na sua história como os dois livros o ilustram, em se rever como ator político-militar, tem várias origens:

- O conceito original (ultrapassar “a idade de ferro” da sua história);
- O fato de ter legado o papel principal aos EU durante cinco décadas;
- O sentimento de que os desafios do século XXI são mais económicos do que os de “hard security”;
- A concorrência entre despesas sociais (fortemente solicitadas) e as despesas regalianas, em especial as que são viradas para o exterior.

Porém, a Europa não pode encerrar o seu futuro sem ter de lidar com problemas como os da segurança dos espaços comuns necessários ao comércio e às comunicações (alto mar, espaço extra-atmosférico) e aos das zonas de produção de matérias primas, a gestão das crises regionais, a luta contra o terrorismo e a proliferação. A situação mais paradoxal é aquela em que o uso da força é necessário para defender os valores centrais para o pós-modernismo europeu (os direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a democracia, a proteção das minorias). A variedade de comportamentos no caso da Líbia - e por isso a impossibilidade de uma intervenção da UE - mostra que infelizmente estamos longe disso.

Como é que as coisas podem evoluir? Da mesma maneira que a ameaça do bloco soviético ajudava muito a cimentar a Europa ocidental, o risco de marginalização da Europa e a concorrência das novas grandes potências podem incentivar os Europeus a tornar-se um ator político, além da vontade e das capacidades de alguns dos Estados membros. É difícil, pois os interesses são divergentes e existe a tentação de se chegar lá de maneira isolada. A maneira como os Europeus atuam em relação à Rússia e à China exemplificam este problema.

IV. O desafio dos valores

Em sentido lato, a globalização espalhou os valores europeus pelo mundo: centralidade do indivíduo vs grupo, liberdade de escolha vs conformidade à tradição, democracia vs autoritarismo, igualdade

de homens/mulheres vs patriarcalismo e machismo. A consciência global refletida na ONU, no Tribunal penal internacional, nas grandes ONG, no conceito da responsabilidade de proteger (que é mais uma das encarnações desta tendência dos Europeus para atuarem em prol da liberdade dos povos e para travarem “guerras justas”). Será que aqueles valores vão ser mantidos no século XXI?

No plano interno, vemos o desenvolvimento da xenofobia, do populismo, do “repli sur soi” (fechar-se em si) e “chacun pour soi” (“cada um por si”), à medida em que a prosperidade, as certezas, o conforto em que os Europeus estavam habituados a viver, são postos em causa. Já vimos como os Europeus venderam a sua alma em tempos conturbados, entre as duas guerras mundiais. O risco não deve ser subestimado.

A nível mundial, a questão que se coloca é a de saber se a universalidade dos valores europeus (e mais largamente ocidentais) vai continuar a ser aceite. O que a China e a Rússia, estão a tentar fazer é inventar uma nova combinação entre o capitalismo selvagem e o autoritarismo do estado e, sobretudo, uma recusa ao papel de “missionário” que a Europa e o Ocidente têm desempenhado até aos dias de hoje. Os recentes acontecimentos na Líbia e na Síria exemplificam este confronto. Nos séculos XVI e seguintes, a imposição da Europa na América criou uma coisa que não foi a pura cópia da Europa. Talvez a difusão dos valores ocidentais no mundo islâmico acabe por criar uma coisa mista, que não seja a mera rejeição violenta como o jihadismo, mas uma combinação de valores europeus com valores islâmicos.

O nosso grande desafio é inventar uma nova maneira de lidar com um mundo que transformámos, mas que se vai tornando diferente de nós. Durante cinco séculos, a Europa pensou o mundo. Agora tem que pensar no mundo porque, tal como questionou o filósofo francês Marcel Gauchet, “para que serve construir a Europa se é para a dissolver na globalização?” ■

Agradecimento: Este artigo serviu de base à conferência proferida pelo autor na Livraria Férin, no âmbito do ciclo Política e Pensamento. Agradecemos ao autor, ao coordenador do ciclo, Deputado José Ribeiro e Castro, e ao director da Férin, Henrique Mota, a autorização da publicação.”

